Peça da Coroação – 1822

O NVMISMATA

Informativo da Associação Virtual Brasileira de Numismática

Prova de 1 Real – 1998

ANO II – Nº6 – Julho/Agosto/Setembro/Outubro de 2014

Palavra do Presidente

Venho através dessas palavras agradecer o amigo associado que nesses tempos de crise acreditou na AVBN. Somos pessoas e falhamos, mas estamos aqui pra seguir juntos e formar uma grande associação. Agora com o nosso terceiro boletim do ano de 2014, recheado de novos excelentes artigos que vão engrandecer ainda mais nosso conhecimento numismático. Nesse tempo também iniciamos o Concurso de Moeda do Mês, convoco a todos os associados a participarem, é uma forma de nos conhecermos melhor e mostrarmos nossas coleções, pois com isso a troca de conhecimento é feita a cada postagem de novas peças. No mais desejo a todos uma excelente leitura, e lembro que estamos abertos a todo tipo de sugestão e crítica, pois apenas com a ajuda dos amigos associados é que poderemos crescer e nos fortificar. Até o próximo boletim!

Rafael Augusto de Mattos Ferreira
Presidente.

O boletim O NVMISMATA é editado pela Associação Virtual Brasileira de Numismática.

Boletim tem circulação trimestral distribuída a seus associados com o objetivo de trazer temas relacionados a numismática. Os artigos assinados são de responsabilidade única de seus autores e não refletem o pensamento do editor e diretoria da Associação Virtual Brasileira de Numismática.

Editor do Boletim:
Edil Gomes
edil2003@bol.com.br

site: avbn.net
facebook : https://www.facebook.com/avbnumis

A peça de coroação

Giovanni Miceli

A peça de coroação é uma moeda que envolve algumas controvérsias. A respeito do motivo de sua criação existem três teorias. A primeira delas é que teria sido feita de ultima hora como óbulo que os reis portugueses ofereciam à Igreja no dia de sua coroação. A segunda propõe que ela teria sido criada para presentear os ilustres convidados da missa de coroação. Também existe uma terceira teoria que diz que ela teria sido criada não só para presentear os convidados mas também para ser posta em circulação.

O fato é que ela não agradou D.Pedro e teve sua cunhagem suspensa, isso é atribuído a quatro motivos:

1- D.Pedro não aprovou o design em que ele aparecia com uma coroa de louros e busto nu, como os imperadores romanos. Ele preferia aparecer com trajes militares.

2- Houve a omissão da palavra **CONSTITUCIONALIS** bem como do complemento **ET PERPETUUS BRASILIAE DEFENSOR**, o que poderia pressupor um desejo de poder absolutista.

3- Em vez da coroa imperial a peça de coroação apresenta a coroa real diamantina (ornada com pedras preciosas ou pérolas justapostas, símbolo do poder real)

4- O valor facial (6$400), que é determinado a partir da comparação com outras moedas, foi omitido no design.

Foram cunhados apenas 64 exemplares, hoje em dia são conhecidos apenas 16. São eles:

1- Museu de Valores do Banco Central do Brasil (Brasília-Brasil) *1926 Leilão Jacques Schulman (Amsterdã-Holanda), lote 328*

2- Museu de Valores do Banco Central do Brasil (Brasília-Brasil)

3- Museu do Banco do Brasil (Rio de Janeiro-Brasil)

4- Museu do Banco Itaú (São Paulo-Brasil) *ex Coleção J B Moura (?)*

5- Museu Histórico Nacional (Rio de Janeiro-Brasil) ex Biblioteca Nacional

6- Coleção SP1/SP

7- Coleção SP1/SP

8- Coleção SP1/SP *ex Coleção R Pagliari (?) 1986 Leilão Spink (Nova Iorque-EUA), lote 316, R Pagliari -> ?*

9- Coleção SP2/SP ex Coleção Julius Meili (Zurique-Suiça) ex Museu Nacional (Zurique-Suiça)

10- Coleção Dr. Roberto Villela Lemos Monteiro (São Paulo-Brasil) *1909 Coleção Augusto de Souza Lobo (Rio de Janeiro-Brasil) - 194? Coleção Guilherme Guinle (Rio de Janeiro-Brasil) - 1986 Coleção Dr. Roberto Villela Lemos Monteiro (São Paulo-Brasil) - 2014 Leilão Heritage (Nova Iorque-EUA), lote 23072 -> vendida p/ colecionador de*

Busto nú X Busto com trajes militares

Coroa real diamantina X Coroa Imperial

São Paulo

11- Coleção SP4/SP - ex Coleção R H Norweb (?) - 1997 Leilão Spink (Nova Iorque-EUA), lote 1068, R H Norweb -> ?

12- Coleção RJ1/RJ

13- Coleção BA1/BA

14- Coleção Museu Numismático Português (Lisboa--Portugal)

15- Coleção em Lisboa (Lisboa-Portugal)

16- Coleção Louis E. Eliasberg (Baltimore-EUA) - 1908 Coleção Alves de Araújo Ramos (BA-Brasil) - 1909 (ou 1910?) Leilão Jacques Schulman (Amsterdã--Holanda), - lote 2048, A. A. Ramos -> não vendida - 1916 Coleção Harry F. Williams (EUA) - 1918 Coleção Waldo C. Newcomer (Nova Iorque-EUA) - 1935 Leilão J. C. Morgenthau (Nova Iorque-EUA), lote 129, W. C. Newcomer -> J. H. Clapp - 1935 Coleção John H. Clapp (EUA) - 1945 (ou 1942?) Coleção Louis E. Eliasberg (Baltimore-EUA) - 2005 Leilão ANR-American Numismatic Rarities/Spink (Nova Iorque-EUA), lote 1262, L. E. Eliasberg -> não vendida - 2012 Leilão Heritage (Nova Iorque--EUA), lote 23733 -> vendida p/ quem?

CARACTERÍSTICAS GERAIS:

Metal: Ouro 22 quilates

Peso: 14,342g (4 oitavas)(o peso oficial é de 4 oitavas=14,342g, sendo toleradas as variações entre 14,1g e 14,6g)

Diametro: 32,2mm (podem haver pequenas variações)

Bordo (espessor): Serrilhado. Escama (serrilha de segurança), também denominada escama de peixe.

Ângulo: O ângulo, do reverso para o anverso, é de 350 graus, portanto levemente inclinado.

Valor facial(não declarado): 6$400 réis

Tiragem: 64 unidades

Anv: No centro do campo, a efígie do Imperador D. Pedro I, de perfil à esquerda (visto de frente), laureada e nua (sem uniforme), encimada ao número da era 1822 e a letra monetária R, sigla da Casa da Moeda do Rio de Janeiro; entre 03 cruzetas assim distribuídas: +1822+R+. Colocada junto à orla, a inscrição (legenda) titular: PETRUS PRIMUS DEI GRATIA BRASILIAE IMPERATOR (Pedro Primeiro pela Graça de Deus Imperador do Brasil) da seguinte forma: PETRUS.I.D.G.BRASILIAE.IMPERATOR. A inscrição Z. FERREZ (Zeferino Ferrez, 1797-1851, gravador e abridor de cunhos da Casa da Moeda do Rio de Janeiro) em baixo relevo, é aposta na parte ovalada do corte do busto imperial. Limitando o campo, junto à orla, um círculo de pequenos traços de ornamentação e segurança, traçados do campo em direção ao bordo da área da espessura.

Rev: No centro do campo, o escudo das armas imperiais brasileiras, do desenho primitivo, com a coroa real portuguesa (forrada), tendo a inscrição: IN HOC SIGNO VINCES (com este sinal vencerás) dentro do escudo da seguinte forma: IN HOC SIG VIN, legenda abreviada e dividida pelos braços da Cruz de Cristo. (O brasão imperial brasileiro foi posteriormente modificado e já em 1823, foi a coroa real portuguesa substituída pela coroa imperial brasileira e a legenda heráldica IN HOC SIG VIN retirada do centro do escudo de armas). O escudo é colocado entre um ramo de café à esquerda e um ramo de tabaco à direita, apresentando na parte inferior na junção dos dois ramos, o Laço Nacional. Limitando o campo, junto à orla, um círculo de pequenos traços de ornamentação e segurança, traçados do campo em direção ao bordo da área de espessura. Sem valor nominal.

BIBLIOGRAFIA:

http://www.moedasdobrasil.com.br/catalogo.asp?s=112&xm=719

http://www.mbaeditores.com/2013/03/petrus-primus-dei-gratia-brasili.html

As moedas ao alcance da macrofotografia

Ajax Slobodian Motta

A partir da expressiva evolução dos equipamentos fotográficos, tornou-se decisivo o processo de digitalização para a dispersão desse incrível perpetuador de histórias. Devido a isso, as fotografias puderam tornar-se populares e ao alcance de relevante parte da sociedade; "congelando" *ad eternum* momentos únicos.

Advindo disso, ao adquirir uma nova câmera digital, num primeiro momento, não havia percebido o grande trunfo que tinha em mãos; pois, desde o começo de minha paixão por moedas e fotografia, sempre achei que seria difícil a união entre esses dois *Hobbyes*.

No entanto, como fotógrafo amador, equipamentos para macros estiveram sempre monetariamente e prioritariamente fora de meu alcance; apesar do antigo sonho de fotografar moedas. Peças essas, que também denomino como os menores monumentos representativos de um povo ou nação.

Mesmo limitado em relação às novas tecnologias, realizei todas as fotos da vida de minha família durante esses últimos 12 anos; trocando apenas por uma nova máquina quando a antiga chegou ao seu limite. Com esse novo equipamento, também adquirido a um preço popular, mas já apresentando as evoluções de seu período, percebi a possibilidade de concretizar meu antigo sonho.

Devido a isso, surgiu-me então um novo desafio: fotografar minhas peças tão queridas com a melhor qualidade possível. Assim, com a câmera em mãos e as moedas à disposição, iniciei o trabalho de fotografá-las, surgindo então, nesse momento, um grande impasse, pois eu não estava gostando das imagens resultantes.

Contudo, o problema não estava na câmara, mas sim na qualidade da iluminação; que, para um fotógrafo, pode ser uma grande aliada ou uma ferrenha inimiga. Para solucionar isso, aumentei a quantidade de iluminação, tanto em número de lâmpadas quanto em poder de luminosidade; infelizmente, não obtendo êxito; pois, apareciam sombras, manchas e nódoas nas imagens, o que me levou a um sentimento de total impotência.

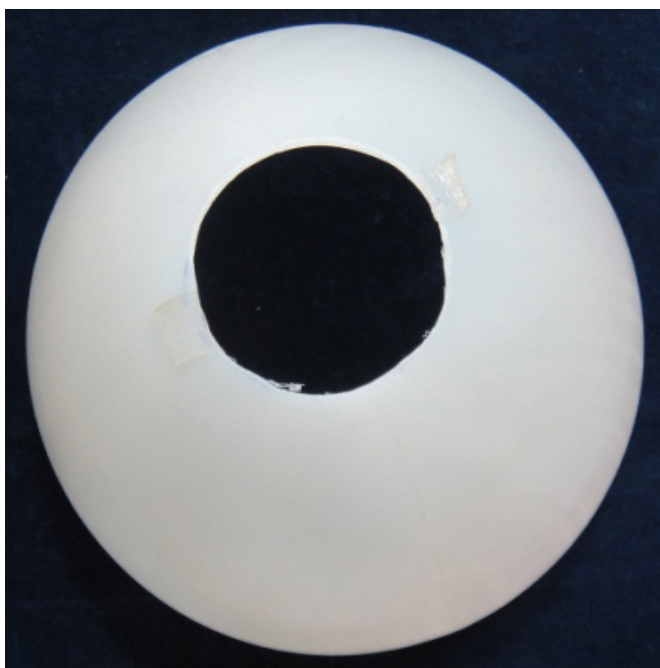
Em razão disso, considerei esse o momento de repensar, voltar às origens e recomeçar com uma nova ideia que não apresentasse qualquer custo, ou, se assim não fosse, que tivesse ínfimo impacto em minha rotina econômica. Porém, passaram-se dias até que surgisse o projeto de usar luz difusa, o que, em pilhéria, fez-me pensar: "Descobrindo a América novamente, não é mesmo?" Pois, tal técnica já existia a um relevante tempo; mas ainda havia o fator inibidor econômico: como seria viável produzi-la com baixo custo?

Mais alguns dias se passaram quando uma "luz" ocorreu-me ao olhar para o ventilador de teto de minha sala; sim, um simples ventilador de teto pôde fornecer-me uma ideia incrível! Vi que o globo branco leitoso que protegia a lâmpada espalhava homogeneamente a luz, sem deixar sombras ou outros defeitos à iluminação.

A partir disso, dei início a criação e montagem de meu pequeno "estúdio a baixo custo"; que, apesar de não ser impecável, satisfazia as minhas exigências de qualidade perante a obtenção de macrofotografias. Sendo assim, já estariam à altura de uma apresentação para o mundo fora de minhas quatro paredes.

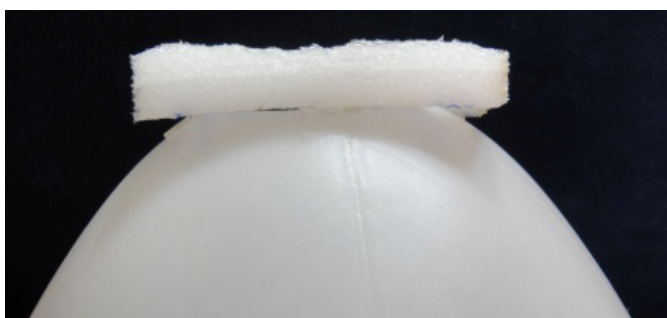
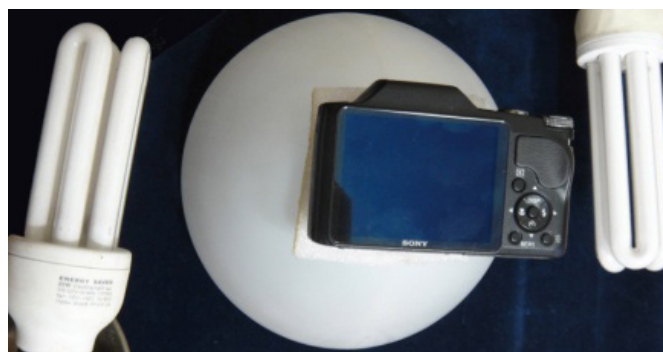
Para tal, os procedimentos de preparação consistiram num globo plástico colocado sobre a mesa, com abertura para baixo; tendo, em sua outra face, procedido a abertura de um orifício circular para a introdução da objetiva. Para sua nivelação, foi necessária a colocação de um pequeno pedaço de isopor, também cortado à mesma forma e com o mesmo diâmetro. *(fotos 1 a 4)* Além disso, para a iluminação, foram usadas lâmpadas fluorescentes (econômicas); tendo duas acima (1,5 m de altura e 50 cm de distância entre elas) e outras duas, uma em cada lado, ao nível da mesa. *(fotos 5 e 6).*

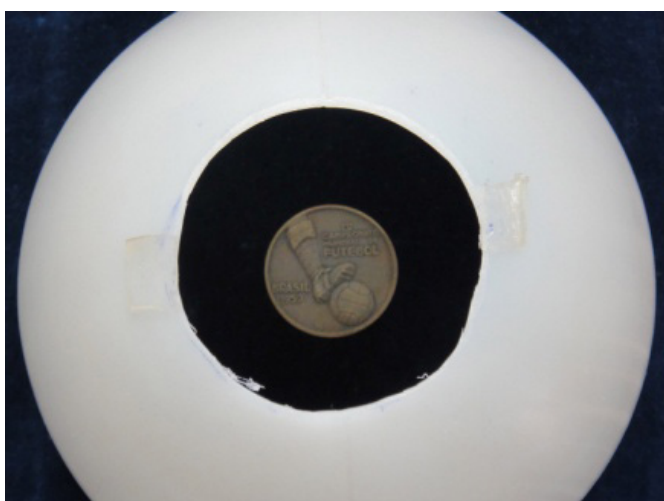
Ademais, foi introduzido um fundo (que poderá ser escuro para moedas escuras e claro para moedas claras), não atrapalhando as definições das imagens com grandes contrastes. Também, logo acima do pano de fundo, foi colocado um cilindro plástico no qual foi utilizada uma bobina de calculadora com altura de aproximadamente 5,0 cm e com um diâmetro menor do que o das moedas a terem as suas imagens capturadas; isso, com o intuito de criar um fundo infinito, desfocando-o. *(fotos 7 e 8).*

1) Globo de Plástico.

2) Orifício para a objetiva.

3) Isopor para assentar.

4) Máquina posicionada.

5) Iluminação superior.

6) Iluminação lateral.

7) Posicionada sobre cilindro.

8) Posicionada para a foto.

Dessa forma, estava pronto o estúdio para as macro devidamente iluminadas. Esse, com importante objetivo de ter um baixo custo, uma excelente qualidade e de ocupar pouquíssimo espaço ao ser guardado; facilitando, também, sua montagem e utilização.

Portanto, ao disponibilizar essas informações, tenho o intuito de contribuir para que as macrofotografias ganhem novos seguidores e entusiastas, que em algum momento poderiam achar que estas não teriam um custo viável de produção.

Dados da câmera:
Sony Cyber-Shot DSC-H20
Macrofotografia – 2 cm
Sensor 10.1 MP
Ano de lançamento: 2009

Um estudo sobre as Casas da Moeda de São Paulo

Rodrigo de Oliveira Leite
ABN/AVBN/AFNB

Resumo

Este estudo centra-se na Casa da Moeda de São Paulo (CMSP), a casa da moeda mais controversa da história do Brasil. A CMSP foi operada pela primeira vez de 1644 até c.1655 e, até hoje, ninguém encontrou qualquer evidência de que qualquer moeda foi cunhada lá, embora se saiba que algumas moedas foram contramarcadas nessa casa da moeda. A segunda casa da moeda operou de 1825 até 1829 (e o peso dos discos nos quais as moedas foram cunhadas lá não tinham nenhuma padronização), mas há várias moedas de 80 Réis 1832 que trazem as letras monetárias de São Paulo, criando um mistério de qual o motivo para essa cunhagem 3 anos após o fechamento definitivo da CMSP.

Parte I: A Primeira Casa da Moeda de São Paulo – Primeira do Brasil

Por volta de 1640 a Capitania de São Vicente extraia muito ouro, e a falta de numerário dificultava as transações comerciais da capitania. A vinda de numerário português demoraria vários meses e não resolveria o problema a longo prazo, daí os habitantes de São Paulo enviaram um Requerimento ao Rei D. João IV em 11 de dezembro de 1643 pedindo a instalação de uma casa da moeda na região [MEGALE e NETO, 2006, p. 17-18]. A resposta veio no Regimento de 07 de junho de 1644, que no seu 13º item diz:

> *E para que os ditos meus vassalos, e principalmente os moradores das ditas capitanias e os descobridores de minas e mais pessoas que nelas trabalharem, fiquem ainda com maiores avanços e utilidades: hei por bem que, no lugar que mais acomodado vos parecer, façais Casa da Moeda, em que as pessoas que tiverem ouro e o quiserem fundir em moeda, o possam fazer, as quais moedas serão da mesma maneira que neste reino se fazem de três mil réis, e de mil e quinhentos réis, e de setecentos e cinquenta réis (...)[MEGALE e NETO, 2006, p. 25]*

As moedas que deveriam ser cunhadas em São Paulo foram apelidadas de Dois São Vicentes (3$000 Réis), São Vicente (1$500 Réis) e Meio São Vicente (750 Réis). Isso levou a crença de que tais moedas seriam reedições do São Vicente de ouro português, mas José E. P. Godoy (1997, p. 6-8) traz que como as moedas são "da mesma maneira que neste reino se fazem", portanto estas deveriam ter o estilo dos Cruzados de Ouro de D. João IV (no caso as moedas de 4 Cruzados, 2 Cruzados e 1 Cruzado).

Ainda segundo Godoy, num inventário de um mascate que morreu por envenenamento em 1646 em São Paulo, constam moedas de 1$500 e 750 Réis. Como a cunhagem poderia ter começado em 1645, há a possibilidade dessas peças serem os Cruzados (ou São Vicentes) cunhados na Casa da Moeda de São Paulo. Infelizmente nenhuma dessas peças chegou ao nossos dias.

Segundo K. Prober [1990, p.136], ainda em 1644 ocorreu em São Paulo, presumivelmente na Casa da Moeda (ou se ela ainda não estivesse ainda instalada, na Casa de Fundição) a carimbagem das peças de 4 e 8 Reales hispano-americanos com os valores de 240 e 480 Réis, respectivamente, segundo o Alvará de 26 de fevereiro de 1643 e da Apostila de 10 de março de 1643. Em 1652 houve nova carimbagem desses valores, com os cunhos feitos por Simão Roiz Henriques, de acordo com a Carta de 5 de janeiro de 1652 e confirmada por Carta Régia de 22 de novembro de 1652. Essas moedas carimbadas são indistinguíveis das outras carimbagens feitas em outros locais do Brasil, e são as únicas peças da primeira Casa da Moeda de São Paulo a chegarem aos nossos dias.

Não existe data certa para o fim da Casa da Moeda de São Paulo, mas com a carimbagem ocorrendo de 1652 até presumidamente 1654/1655, a data de fim dela deve ter sido por volta de 1655. Como a próxima Casa da Moeda só foi instituída no Brasil em 1694 na Bahia, a Casa da Moeda de São Paulo foi a primeira instalada no Brasil.

Parte II: A segunda Casa da Moeda de São Paulo

A segunda Casa da Moeda de São Paulo causa muito mais polêmica que a primeira. Nela se cunharam apenas moedas de 80 Réis, entre 1825 e 1829.

O peso dessas moedas varia muito de moeda para moeda, em um estudo feito por mim com 15 peças de São Paulo, mostra que o peso médio dos discos era de 5,2 oitavas (18,65 gramas), mas a dissonância é tão grande que o peso pode variar entre 4 e 6 oitavas.

> César Ferrari [1988, p.34] diz:
> *Daí ter sido determinado por Provisão nº 60, de 29 de junho de 1829, que a Junta da Fazenda Provincial, sob responsabilidade imediata de seus membros, limitasse a cunhagem a quantia autorizada pela decisão de 23 de agosto de 1825. Essa junta era de fato tão insubordinada, infringindo duplamente as ordens recebidas; mas o resultado não tardou a acontecer. Como houvesse a Junta contratado com Thomaz Molina o fornecimento de discos de cobre em quantidade excessiva, por Provisão nº 70, de 30 de setembro do mesmo ano, foram seus membros obrigados a indenizar os cofres do prejuízo que resultasse do contrato, que devia ser mantido como exigia o decoro público e que cessasse a cunhagem de moeda na Província de São Paulo, recolhendo-se à Casa da Moeda da Corte todas as máquinas, cunhos e discos de cobre que por ventura ainda existisses na Casa provincial, ficando o "déficit" que houvesse no orçamento da Província a cargo do Tesouro Imperial.*

Vemos, portanto, que a Casa da Moeda de São Paulo cunhava moeda em discos de padrão irregular, e não tinha sido autorizada a emissão dos 80 Réis, somente 20 e 40 Réis (decisão de 23 de agosto de 1825). A conclusão que se pode chegar é que a junta achou mais "lucrativo" emitir os 80 Réis, e o fez em quantidades excessivas, o que resultou no seu fechamento em 1829.

Quanto ao 80 Réis 1832, não se sabe se foi a própria Província se aproveitando do "vácuo de poder" para ganhar uns trocos a mais, ou se a emissão é fruto da extensa falsificação do cobre à época. Prober [1957] descreve tal peça como falsa de época.

Existe um ofício de 22 de janeiro de 1834 por Manoel José Vaz para Rafael Tobias de Aguiar, Presidente da Província de São Paulo à época, informando sobre a existência de uma casa da moeda que cunhava moedas falsas (mais tarde se confirmou que essa casa da moeda existia na região da Santa Ifigênia). Nunca se achou os responsáveis por tal cunhagem paralela. Seria essa "casa da moeda paralela" a responsável pela emissão dos 80 Réis 1832 SP? Não há como saber, mas não seria a primeira vez que moedas são "inventadas" pelos falsários, como os 80 Réis 1825 e 1826 letra P (nunca houve cunhagem de cobre em Pernambuco), ou os 20 Réis 1822 R (não houve peças de cobre cunhadas em 1822 pelo Império). Porém, o estilo tosco das peças cunhadas em São Paulo deixa muitas dúvidas ao tentar se separar as verdadeiras das falsas.

Conclusão

Em 1644 foi estabelecida a Casa da Moeda de São Paulo, que deveria ter cunhado moedas no valor de 1, 2 e 4 Cruzados ($750, 1$500 e 3$000), porém nunca se achou evidência real de tal cunhagem. Entre 1644 até cerca de 1655 foram aplicados os carimbos coroados de 480 e 240 Réis sobre macuquinas de 8 e 4 Reales. A primeira Casa da Moeda de São Paulo deve ter acabado logo depois disso, por volta de 1655.

Em 1825 começam as atividades da segunda Casa da Moeda de São Paulo, que deveria ter cunhado moedas de 20 e 40 Réis, mas cunhou apenas 80 Réis em discos irregulares. Por este motivo foi fechada em 1829. Por volta de 1833/1834 atuava uma Casa da Moeda paralela, que cunhava peças falsas na região da Santa Ifigênia. Não se sabe se foi essa casa paralela a responsável pela cunhagem dos 80 Réis 1832 SP, ou se a Junta aproveitou o "vácuo de poder" da época para fazer essa cunhagem.

Bibliografia

FERRARI, C. (1988) A Casa da Moeda de São Paulo. Notícias da Sociedade º18, Março/1988, p.34.

GODOY, J. (1997) A moeda perdida. NVMISMATICA, ano II, nº2, Agosto/1997, p.6-8.

MEGALE, H. e TOLEDO, S. (2006) Por minha letra e sinal: documentos do ouro do século XVII. Ateliê Editorial, Brasil.

PROBER, K. (1957) Catálogo das Moedas Brasileiras de Cobre. S/Ed., Brasil.

PROBER, K. (1990) Ouro em Pó e em Barras – Meio Circulante do Brasil, Vol. I. Ed. Princeps, Brasil.

Por quanto circulava o Dobrão?

Rodrigo de Oliveira Leite
ABN/AVBN/AFNB

No início do Século XVIII, o Brasil alcançou o auge do seu Ciclo do Ouro. A moeda popularmente conhecida como "Dobrão", foi cunhada em Minas Gerais entre 1724 e 1727 na Casa da Moeda de Minas Gerais. É, sem dúvida, a maior moeda de ouro do mundo cunhada para circulação (tendo em vista que antes e depois dela foram cunhadas moedas maiores, mas ou eram moedas sem intenção de circular). Embora o valor facial dela fosse de 20.000 Réis, ela nunca circulou por esse valor.

Ao vermos os diversos catálogos brasileiros, temos que esta peça está colocada como 20.000 Réis, porém por tal valor esta moeda nunca circulou, tendo em visto que o seu valor intrínseco era muito superior ao seu valor facial, tanto em Portugal e (sobretudo) no Brasil.

D. Pedro II, através da Lei de 4 de Agosto de 1688 aumentou em 20% todos os valores em Prata e Ouro, assim o Cruzado passou a valer 480 Réis, mesmo sendo cunhado com o valor de 400 Réis. Essa moeda passou a ser chamada de "Cruzado Novo", e foi nesse padrão que o Dobrão foi cunhado. Assim, quando acha-se a entrada do Dobrão no Catálogo de Moedas Portuguesas de Alberto Gomes, o valor que se atribui ao Dobrão é de 24.000 Réis, 20% a mais do que o seu valor facial.

Se pegarmos, por exemplo, a moeda de 12.800 Réis cunhada em Portugal temos que ela pesa 28,7 gramas. Ao dividirmos 28,7 por 12,8 temos que cada 1000 Réis no padrão português pesavam aproximadamente 2,2421875 gramas. Ao multiplicar esse valor por 24, temos, aproximadamente, 53,8 gramas, que é o peso teórico do Dobrão. Assim pode assumir-se que ele foi cunhado com o valor intrínseco de 24.000 Réis, do padrão português.

Mas no Brasil corria-se outro padrão, o padrão colonial. Aqui o 1000 Réis colonial pesava aproximadamente 2,01 gramas. Assim os 53,8 gramas de ouro do Dobrão equivaliam a, aproximadamente, 26.766 Réis, ou seja, cerca de 11% a mais do que o valor de 24.000 Réis do padrão português.

Portanto a pergunta de por quanto circulava o Dobrão não é de tão simples resposta quanto ver o seu valor facial. Em Portugal o seu valor era de 24$000, enquanto no Brasil o seu valor proporcional ao padrão colonial era de 26$766.

Bibliografia

AMATO, Claudio; NEVES, Irlei; RUSSO, Arnaldo. Livro das Moedas do Brasil. 13ª Ed., 2013, São Paulo.

GOMES, Alberto. Moedas portuguesas e do território que hoje é Potugal. 5ª Ed., 2007, Lisboa.

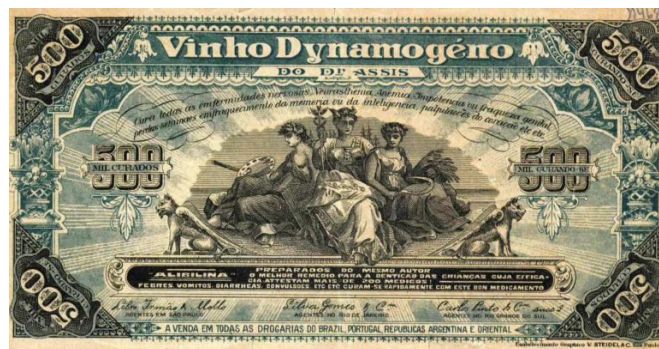
PROBER, Kurt. Catálogo das moedas brasileiras. 1ª Ed., 1960, Rio de Janeiro.

“Mil curados – mil curando-se”: na Coleção Omar Paiva

Telma Cristina Soares Ceolin

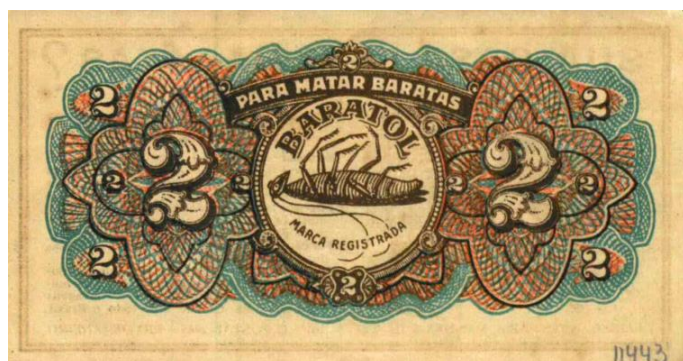
“Cura todas as enfermidades nervosas, neurasthenia, anemia, impotência ou fraqueza genital, perdas seminaes, enfraquecimento da memória ou da inteligência, palpitações do coração, etc, etc” (Vinho Dynamogéno – a venda em todas as drogarias do Brazil, Portugal, Republicas Argentina e Oriental).

Omar de Carvalho Paiva (Omar Paiva), numismata, pesquisador, nasceu na cidade de Viçosa do Ceará em 5.6.1922, chegando a ser Procurador Geral do Estado. Falecido em 1959 em um desastre automobilístico, deixou em seu espólio uma valiosa coleção numismática composta de 7.331 peças, considerada à época uma das mais completas e valiosas do Brasil, por englobar emissões do Tesouro Nacional, moedas e cédulas nacionais e estrangeiras, assim como 266 publicações sobre o tema.

Esta coleção foi adquirida pelo Banco Central em 1966, quando sua diretoria autorizou a criação do Museu de Valores, decisão que demonstrava a atenção da autarquia – desde sua criação pela Lei nº 4.595/1964 –em preservar a história monetária brasileira. A compra da já famosa Coleção Omar Paiva, tinha o objetivo expresso de dotar o Museu de Valores de “*peças que lhe permitam merecer projeção internacional e, por outro lado, lhe possibilitem ombrear-se a instituições congêneres*”.

O objetivo nesta oportunidade é destacar na coleção um insólito e bem humorado conjunto de folhetos de propaganda de significativa raridade, que utilizavam da credibilidade transmitida pelo *design* dos papéis monetários para divulgar produtos de uso diário, remédios e até propaganda política. Seu conteúdo nos oferece uma visão divertida dos usos e costumes nas primeiras décadas do século XX.

Há também outros inúmeros folhetos deste tipo,

Ao centro, de pé, terno preto, no Rio de Janeiro, em 1953. Foto de Alencar Monteiro para a revista “O Cruzeiro”

Há peças muito espirituosas, como esta de propaganda de inseticida.

E esta, de pílulas purgativas, onde Padre Cícero Romão Baptista aparece como "garoto propaganda", abonando no reverso sua eficácia, mediante sua chancela diretamente de Joazeiro (1926).

Ha cerca de meio seculo que conheço e verifico o valor das Pilulas Purgativas do Cirurgião Mattos, ora da escrupulosa fabricação da Manufactura Pilulas de Mattos Limitada. Verdadeiramente prodigiosas, representam uma grande conquista da therapeutica brasileira e constituem por seu insignificante preço o remedio do pobre. E' um medicamento que se recommenda sob todos os pontos de vista, motivo porque não cesso de aconselhal-o nas varias doenças, á cura das quaes se destinam as Pilulas Purgativas do Cirurgião Mattos.

Joaseiro, 17 de Junho de 1926. *Padre Cicero Romão Baptista.*

CURAM: — Prisões de ventre, enxaquecas, indigestões, fastio, dispepsyas, gripes, febres intermittentes, doenças do figado e baço, hydropsias, ictericias, erysipelas, congestões cerebraes, nevralgias etc.

Como não podia deixar de ser, a política também se valeu da credibilidade do dinheiro para fazer sua propaganda, como podemos ver com Julio Prestes e Getúlio Vargas.

como os da Loção para o cabelo Ondulina, da Loção para a pele e seios Mamigeno, e do Produto medicinal Urolítico.

Posteriormente foram incorporadas à coleção de panfletos outras preciosidades, como esta nota, distribuída durante o governo JK, peça que em sua estampa já profetizava o valor histórico que iria adquirir.

Curiosidades à parte, a coleção Omar Paiva possui

peças raras e de grande destaque numismático (ortodoxamente falando), como as *Cédulas para o Troco do Cobre*, procedentes da antiga Província do Ceará. Litografadas em tinta negra sobre papel branco e numeradas a mão, essas cédulas foram usadas, na primeira metade do século XIX, para combater o problema da falsificação de moedas de cobre. Na impossibilidade de verificar sua autenticidade, determinou-se que em todo o país, as moedas de cobre, independente de serem falsas ou não, deveriam ser trocadas nas Tesourarias Provinciais por cédulas emitidas pelo Tesouro Nacional.

São só algumas das preciosidades que podemos encontrar no vasto acervo do Museu de Valores do Banco Central do Brasil, cujo potencial histórico e numismático é de valor inestimável.

Fontes:

O Museu de Valores do Banco Central do Brasil – São Paulo: Banco Safra, 2000.

Cronologia Ilustrada de Fortaleza - Roteiro para um turismo histórico e cultural - 2005

http://portal.ceara.pro.br/index.php?option=com_content&view=article&id=9267&catid=297&Itemid=101

Exposição 40 anos do Museu de Valores - http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/museu_de_valores_do_banco_central_completa_40_anos_e_inaugura_exposicao.aspx

Acervo do Museu de Valores do Banco Central do Brasil

Visite o Museu de Valores: https://www.bcb.gov.br/?MUSEU

Análise de um saco de cobres

Sérgio Giraldi

Quando se pensa em tesouros, na maioria dos casos, pensa-se em ouro ou prata, metais nobres de alto valor agregado. Porém no Brasil existe um fascinante mundo do tesouro, acessível a muitos numismatas e colecionadores, os chamados "sacos de cobres". Não se sabe o porque, mas em várias propriedades rurais dos tempos do Brasil colonial e imperial, surgem estocados em porões empoeirados ou em paióis, sempre em meio a muitos outros objetos, sacos ou pequenos embrulhos contendo moedas de cobre.

Na maioria dos casos a descoberta deste "tesouro" de moedas é feita por algum funcionário da fazenda, ou descendente dos antigos proprietários, então os sacos são levados para casa e tratados por leigos, que veem naquelas moedas algo muito curioso – em suas legendas, tamanhos, pesos e também em suas datas. Como se trata de público leigo, desconhecedor da ciência numismática (que estuda e cataloga moedas), os novos proprietários não tem uma abordagem científica sobre estes cobres, procuram vendê-los como "curiosidades" e em alguns casos acreditam que valem fortunas. Porém em alguns casos a descoberta dos sacos de cobre se dá por meio de numismatas que como "caçadores de relíquias" se aventuram na prospecção destas peças e conjuntos. Há inúmeros relatos de numismatas que descobriram esses sacos de cobres nos mais diversos locais do Brasil, porém nunca um saco de cobre foi analisado de maneira a revelar os porquês de sua existência. Eu mesmo, já me deparei com mais de 10 destes sacos de cobre e sempre tive o mesmo comportamento, abri, esmiucei, cataloguei, coloquei na coleção ou vendi – nunca tive uma abordagem de tratar o saco de cobre como uma coisa una, um conjunto de peças que quer dizer algo, que tem um significado como conjunto. Então tive essa ideia de na próxima oportunidade de aquisição de um saco de cobre, iria tentar extrair dele algo cientifico que ajudesse a entender as circunstâncias da sua existência.

Posso afirmar que há vários motivos para alguém reservar uma quantia de moedas. Dentre esses motivos podemos pensar em:

1 – Uma poupança. Aquela soma em dinheiro seria um estoque formando assim uma reserva de capital, que posteriormente seria utilizada por seu dono. (Essa teoria é um tanto quanto controversa, uma vez que as moedas de cobre eram com menor valor venal em circulação em sua época, na maioria dos casos utilizadas como troco nas negociações comerciais).

2 – Refugo. As moedas de cobre já desmonetizadas e sem valor circulatório. Eram apenas separadas e guardadas, uma vez que tinham perdido sua utilidade como dinheiro.

3 – Dinheiro de escravos. Muitos escravos nas propriedades rurais eram tratados como funcionários, cumpriam tarefas e eram em alguns casos gratificados por isso. Geralmente eram utilizadas moedas que tinham baixo valor venal. Algumas moedas de prata de 20, 40 e 80 Réis eram dadas pelos patrões e donos dos escravos para que eles as utilizassem como enfeites e adornos. Porém no caso dos sacos de cobre, o objetive era guardar agrupado e em boas condições dinheiro, que seria empregado pelo escravo na compra de algo, ou em sua própria alforria. (esses exemplo pode ser visto no filme 12 anos de escravidão, filme baseado em fatos reais onde o ex homem liberto Solomon Northup, aceita tocar violino em festas para assim ter um ganho extra e guardar dinheiro que será usado em sua tentativa de se tornar novamente um homem livre).

4 – Entesouramento de metal. Sabemos que o cobre também é um metal precioso, ótimo para a confecção de ligas maleáveis. Em alguns casos acredito que o valor venal das moedas era já a sua época, menor que o valor do metal intrínseco em cobre, assim sendo seu proprietário preferiu guardar seu metal para no futuro o vender a peso. (isso hoje ocorre por exemplo nos EUA onde o cent, vale 3 centavos de dólar ao peso de metal, e seu valor venal é 1 centavo)

5 – Tropeirismo. O movimento tropeiristas foi o grande responsável pela capilarização do comércio entre arraiais distantes, fazendas isoladas, e grandes centros – sempre levando e trazendo mercadorias, ao longo do caminho muitos negócio eram realizados e assim ia girando a economia imperial. O Brasil no período de 1830/1850 (período onde se originaram mais estoques de cobre) era dotado de poucas estradas, e ainda não existiam as estradas de ferro, deste modo o grosso do comércio era feito por tropeiros. Que utilizavam esses sacos de cobre como unidades monetárias, já não con-

tavam mais uma a uma as moedas, apenas as pesavam e calculavam na média – quanto de dinheiro ali existia. Assim os sacos circularam lacrados, como unidades monetárias.

6 – Recessão econômica e temores. Recentemente revelei um documento de 1836 que mostra que o valor da moeda metálica no Brasil possuía 100% a mais de valor do que a moeda em papel, introduzida em 1833, e que os preços e a inflação estava em patamares elevados nesta década de incertezas, pós renúncia de Pedro I e durante o período regencial, fator que pode ter até influenciado na ascensão rápida de Pedro II ao trono com apenas 15 anos de idade.

7 – O troco do cobre. sabemos que a lei 54, de outubro de 1835 manda carimbar as moedas de cobre diminuindo seu valor, também sabemos que essas moedas deveriam em muitos casos ser trocadas por cédulas chamadas de troco do cobre. Essa operação se deu até outubro de 1837, quando a lei 109 manda suspender a troca de moedas de cobre por cédulas.

Vamos ao estudo do saco de cobres:

Saco de cobre descoberto em propriedade rural na região de Taquaraçu de Minas, onde existiu antiga fazenda, desmembrada entre herdeiros pela terceira vez, foi demolida a sede da Casa Grande e também outras edificações como estrebaria, senzala, sala de ferramentas, paiol, moinho, essa demolição realizada em meados da década de 1990, hoje resulta em ruínas cobertas de mato onde pastam vacas de um rebanho de gado leiteiro.

Conteúdo:

47 moedas de cobre, todas do Brasil, sendo 1 moeda do período Colonial (reinado de dom João V), 1 moeda do período Reino Unido (reinado de dom João VI), 44 moedas do primeiro reinado (reinado de Dom Pedro I) e 1 moeda do período regencial (menoridade de Dom Pedro II). A soma do valor total das moedas é de 1650 Réis.

Descrição:

Peça 01: XX Réis 1729 Dom João V (moeda gasta, demonstrando ter sido bastante circulada)

Peça 02: X Réis 1822 Dom João VI (moeda com uma pequena perfuração ao lado da coroa) Essas duas peças, mais antigas, em um montante de

mais de 40 peças, demonstra que em muitos casos as peças cunhadas no regime colonial e reino unido, já eram antiguidade na década de 1830/40 assim sendo não integravam mais o meio circulante. Neste lote especifico são só estas duas peças

Peça 03: 80 réis com carimbo 20 réis, 1828 Cuiabá
Peça 04: 40 réis 1830 Rio
Peça 05: 40 réis 1830 Rio
Peça 06: 40 réis 1827 Rio
Peça 07: 80 réis com 40 réis 1828 Bahia
Peça 08: 40 réis com 20 réis 1827 Bahia
Peça 09: 80 réis com 40 réis 1828 Rio recunho
Peça 10: 80 réis com 40 réis 1832 Rio
Peça 11: 40 com 20, 1823 com recunho aparente 1829 Rio
Peça 12: 40 com 20, 1825 Rio
Peça 13: 40 com 20, 1827 Rio
Peça 14: 40 com 20, 1823 Rio
Peça 15: 40 com 20, 1827 Rio
Peça 16: 40 com 20, 1827 Rio
Peça 17: 40 com 20, 1830 Rio
Peça 18: 40 com 20, 1827 Rio
Peça 19: 40 com 20, 1825 Rio
Peça 20: 40 com 20, 1824 Rio
Peça 21: 40 com 20, 1828 Rio
Peça 22: 80 com 40, 1828 Rio
Peça 23: 80 com 40, 1830 Rio
Peça 24: 80 com 40, 1826 Rio
Peça 25: 80 com 40, 1829 Rio
Peça 26: 80 com 40, 1827 Rio
Peça 27: 80 com 40, 1826 Rio
Peça 28: 80 com 40, 1830 Rio
Peça 29: 80 com 40, 1828 Rio
Peça 30: 80 com 40, 1829 Rio
Peça 31: 80 com 40, 1829 Rio
Peça 32: 80 com 40, 1830 Rio
Peça 33: 80 com 40, 1831 Rio
Peça 34: 80 com 40, 1830 Rio
Peça 35: 80 com 40, 1830 Rio
Peça 36: 80 com 40, 1829 Rio
Peça 37: 80 com 40, 1824 Rio
Peça 38: 80 com 40, 1829 Rio
Peça 39: 80 com 40, 1831 Rio
Peça 40: 80 com 40, 1823 Rio
Peça 41: 80 com 40, 1831 Rio
Peça 42: 80 com 40, 1828 Rio
Peça 43: 80 com 40, 1823 Rio
Peça 44: 80 com 40, 1830 Rio
Peça 45: 80 com 40, 1829 Rio
Peça 46: 80 réis 1829 Bahia
Peça 47: 80 réis 1827 Rio

Conclusões

Excluindo-se as 2 primeiras peças, todas as outras são do regime imperial brasileiro, apenas 1 é do período regencial, cunhada em 1832 após a renúncia de Dom Pedro I, todas as outras foram emitidas durante o período da consolidação da independência entre 1823 e 1831. Também podemos observar que há no lote apenas uma peça cunhada em Cuiabá e 3 na casa da moeda da Bahia, todas as outras são cunhadas no Rio de Janeiro, na corte, principal praça de abastecia a longínqua província interiorana de Minas Gerais, distante exatos 505 Km da fazenda em Taquaraçu. Podemos observar também, que a imensa maioria dos cobres (40 do total de 47 foram carimbados de acordo com a lei regencial de 1835) que mandava carimbar os cobres a razão de 50% nas moedas nacionais e 25% nas moedas regionais. Ou seja o proprietário de tal montante levou as moedas ao oficial de arrecadação mais próximo (na cidade de Sabará ou Caeté em Minas Gerais) para que essas forem peritadas, pesadas, medidas e recebessem tal carimbo. Assim sendo sabemos que o depósito das moedas se deu após 1835, muito provavelmente logo em seguida e até meados de 1840 quando da ascensão no novo monarca em 1840, outro fator que pode ter influenciado no armazenamento e entesouramento destas peças pode ter sido a quebra do padrão monetário em 1848 com o fim do padrão dos Réis Cruzados e a adoção do novo padrão Mil-Réis. Na minha visão essas acumulações "entesouradas", são na maioria dos casos, o resto que sobrou do processo de troco do cobre. O proprietário de um montante de peças, levava todas as suas moedas até a sede da comarca para que essas fossem peritadas, carimbadas e efetuasse no mesmo dia, ou um tempo depois o troco do cobre em moeda por papel moeda. Porém este troco, não era um cheque administrativo que poderia ser preenchido com qualquer valor, ele era em cédulas múltiplos de mil, ou seja 1, 2, 5, 10, 20 mil Réis. Então a operação se dava e o que sobrou, era trazido de volta a propriedade pelo dono. Em resumo, o dono voltava a sua casa com cédulas e algumas moedas que não somaram valor suficiente para ser trocado por uma cédula. Essas moedas eram guardadas e simplesmente esquecidas, resultando nos sacos de cobre que existem e aparecem no Brasil todo, como um fenômeno que retrata exatamente esse momento econômico vivido por nossos antepassados.

As peças roubadas do museu histórico nacional em 24 e 25/06/1937

João Gualberto Abib

Membro da SNB - Sociedade Numismática Brasileira e Membro de outras Sociedades Numismáticas. mantém o blog sobre numismática: http://abibonds.blogspot.com.br

---

Se voce leu a matéria postada anteriormente, sobre GUILHERME GUINLE, em uma parte do texto, em 1925, seu gesto de generosidade atingiu ao máximo, colocando a disposição dos técnicos do Museu Histórico Nacional sua rica coleção numismática para que dela retirassem todas as peças que lhes interessassem, a título de doação. Foi extraída assim, 2.310 exemplares, na sua maioria em ouro, além de muitas barras do mesmo metal, oriundas de diversas Casas de Fundição do Brasil.

Mas, para surpresa de todos, e para a infelicidade do doador pródigo, na noite de 25 de junho de 1937, foram roubadas desta coleção, 116 moedas e 17 barras em ouro, além de várias medalhas, também de ouro e ainda, títulos antigos do reinado de D. João VI e D. Pedro I do Império do Brasil.

Os gatunos que agiram durante a noite, de um sábado para domingo, e presume-se, eram conhecedores de numismática, ou ainda talvez, orientados por pessoa familiarizada com o assunto, pois, foram escolhidas as melhores peças, tanto em moedas como em medalhas, e especialmente, as melhores barras de ouro cunhadas.

Segundo ainda, os jornais da época, atribuiram o roubo à falta de vigilância, e ainda relatavam que seus autores conheciam perfeitamente a localização da sala de exposição da Seção de Numismática. Pelas mesmas notícias divulgadas, os ladrões haviam entrado pelo telhado e levado apetrechos necessários para serrar as grades e arrombar as vitrines dos expositores. Coisa bem planejada e de gente do ramo.

As autoridades policiais da época, nada conseguiram apurar e o ocorrido passou para o esquecimento.

Bem, mas o inusitado deste roubo, veio a tona 44 anos depois em 1981, um menino descobriu no quintal de uma casa no bairro do Grajaú uma das barras de ouro desaparecidas, procedente da Casa de Fundição de Mato Grosso, datada de 1818. Foi encaminhada à polícia pela

Código do número KP:
CM – Casa da Moeda
C – Cuiabá
G – Goiás
XM – Mato Grosso
O – Ouro Preto
S – Sabará
SF – Serro Frio

DESCRIÇÃO DA BARRA —301

ANO 1818 NÚMERO 658

PESO — MARCADO: M. 7 ONÇAS 7 OITAVAS 68 GRS.
EFETIVO: 229,00 GRAMAS 229,30 teórico

ENSAIADOR IDBF — GUIA

TITULO 23 QUILATES 4/8 OIT. — CÔR

TIPO DE CUNHOS Esc. BARRÔCO -MATO GROSSO POS.REV.:

CLASSIFICAÇÃO

Nº 1818 - M - 658

REGISTRO - KP - NÚMERO
MATO GROSSO
CASA DE FUNDIÇÃO
1818
ANO
658
NÚMERO

TAMANHO NATURAL — Barra AUTÊNTICA

proprietária do imóvel que a restituiu ao Museu Histórico Nacional.

A Revista Numismática, de 1937, nas páginas 246 a 250 relaciona as moedas e barras de ouro desfalcadas da preciosa coleção doada por Guilherme Guinle ao Museu Histórico Nacional (dados colhidos no Gabinete de Investigações na Seção de Furtos e Roubos da Polícia Carioca), com a respectiva avaliação total do roubo em 218.000$000 (duzentos e dezoito contos de réis).

Os dados acima, inclusive com alguns trechos que foram transcritos integralmente, foram extraídos do livro entitulado de Ensaio Biográfico de Guilherme Guinle, 1882-1960 - de autoria de Geraldo Mendes de Barros no ano de 1982.

Já sobre o mesmo assunto, o Kurt Prober, em seu livro entitulado de Ouro em Pó e em Barras, Meio Circulante do Brasil, 1754 - 1833 - publicado em 1990. Em capítulo separado como "capítulo E", dá a data do roubo no referido museu em 24 e 25 de JULHO e não em JUNHO, conforme texto anteriormente citado. Mas expõe a tona detalhes e pormenores e citam nomes de alguns envolvidos sobre o assunto, que achei por bem, publicar integralmente este capítulo para conhecimento de todos.

E - ROUBO DE BARRAS E MOEDAS DE OURO 24/25.7.1937 NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, RIO DE JANEIRO (RJ).

Na noite de sábado para domingo, 24/25 de julho de 1937, houve um vultuoso ROUBO de moedas e de 20 BARRAS DE OURO no MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, do Rio de Janeiro, pesando só as barras mais de TRES quilos. Este roubo NUNCA foi esclarecido, e, por incrível que pareça, o seu Diretor, GUSTAVO BARROSO, chefão INTEGRALISTA, movimento este que então se preparava para arrancar o poder das mãos do Presidente GETÚLIO VARGAS, nunca mexeu uma palha, digna de nota, para a elucidação deste rumoroso caso. Estavam os "integralistas" por demais empenhados em organizar, no Rio de Janeiro, o famoso "Desfile dos cinquenta mil (50.000) Camisas Verdes", movimento abortado em bôa hora por GETÚLIO.

Por sinal, quando aconteceu o roubo, o Diretor Gustavo Barroso estava en viagem para o Norte do Brasil (Ceará), sendo o museu na ocasião dirigido pelo Sr. EDGAR DE ARAÚJO ROMERO, como Diretor Interino.

A primeira notícia foi, de que tinham sido surrupiadas 117 (cento e dezessete) Moedas de Ouro e VINTE (20) BARRAS DE OURO das vitrines da Seção de Numismática, conforme foi reportado à Polícia, mas já no dia 28.07.1937 o Dr. ROMÉRO retificou, que somente 17 (dezessete) BARRAS tinham sido furtadas, como declarou em entrevista publicada no Jornal "O GLOBO" deste dia.

O chefe de polícia do Rio de Janeiro era então o Dr. FELINTO MULLER, e as investigações correram pelas autoridades do 5º Distrito Policial. O Diretor GUSTAVO BARROSO, NUNCA prestou nenhuma declaração, mesmo depois que voltou a dirigir aquele "nosocômio...." de politiqueiros daquela época.

Em todas as investigações policiais, houve apenas DUAS pessoas indiciadas....Uma delas foi HENRIQUE CANDIDO FERREIRA, preso em 3.8.1937, logo em seguida tentanto sucídio, e cuja mulher - ROSA FERREIRA, o acusou frontalmente, mas por "motivos INEXPLICÁVEIS" nada se apurou, e o DE CUJOS pouco depois sumiu do cartaz, embora este indigitado assaltante tenha sido egresso da "Cadeia de Mar de Espanha" (MG). Funcionários e serventes do Museu foram presos, mas logo em seguida soltos, pois puderam provar sua inocência.

Mas em princípio de OUTUBRO de 1937 a polícia portenha conseguiu prender um TURISTA...que tinha visitado o Museu, na pessôa de ANDRÉS SOLARES ABELLO, que pouco depois foi embarcado preso a bordo do navio "D.PEDRO II", para ser então apresentado à polícia do Rio. No dia 20.10.1937 o navio partia de SANTOS, com o preso algemado, e às 22 horas o comandante mandou soltar o preso...., quando se estava na altura da ILHA DA MOELA. Descobriu-se, então, que o preso tinha desaparecido, e sendo aceita a hipótese, que ele se tinha atirado ao mar, ali enfestado de tubarões...

Não pode haver dúvida, que se trate de uma história "mal contada....", pois o desaparecido era um "estelionatário uruguaio" , que por ocasião do roubo estivera no Rio de Janeiro em companhia de um amigo, ERCÍLIO CARIMANDO, e que só em 29.7.1937 tinham voltado para Buenos Aires. Foi até descoberta uma carta, que SOLARES tinha escrito à dona da Pensão, da rua Corrêa Dutra, 52, no Rio, onde estivera hospedado, "...pedindo que ela fosse a polícia para declarar, que ele estivera acamado no dia 25.7.1937, dia do Roubo". Fato é que este elemento SUMIU POR COMPLETO, e sendo aceita a hipótese, que ele servira de " comida de tubarão..."

Acontece, que este melodrama, uma espécie de "ópera-bufa", teve um desfecho inesperado, em fins de abril de 1981. Noticiaram então os jornais, que havia sido encontrada uma BARRA DE OURO há um mês, (barra esta que foi ilustrada) (inclusive com imagem neste BLOG) enterrada no fundo do quintal da casa da rua Visconde da Santa Isabel, nº 578, no bairro do Grajaú, do Rio de Janeiro. Era a barra 1818-M-658, que em 25.7.1937 tinha sido roubada do Museu Histórico Nacional, do Rio, que, informado

do achado, dei um “geito...” da peça lhe ser devolvida, conforme me informou o funcionário Sr. Câmara, pelo telefone, no dia 5.5.1981.

A casa era do Sr. Hassan Hadman, fazendeiro, e quem encontrou a barra foi o menino José de Almeida Ramos, que no dia 25.3.1981 brincava nos fundos da residência do Sr. Hassan, na ocasião em viagem no interior da Bahia. D. Alzira, esposa do Sr. Hassan, pensando tratar-se de “coisa roubada”, comunicou o encontro logo à Polícia do 20º DP. A própria Polícia revolveu todo o terreno do quintal, ajudada até pela Polícia Militar, mas nada mais foi encontrado.

Declarou o dono do prédio, “ainda”, que não se lembra mais de quem comprou o imóvel há uns 40 anos, ocasião em que fez obras no prédio, nada tendo sido encontrado.

Para mim esta barra, pesando 229 gr. de ouro de quase 24 quilates, deve ter sido o pagamento que um dos participantes do roubo recebeu, e este com medo de ser descoberto, preferiu enterrar a peça neste quintal, talvez depois, esquecendo o local exato ou tendo morrido. A casa fica perto da encosta de uma favela.

Eis a seguir a relação das 20 barras que teriam sido roubadas do Museu, conforme relação dada a Polícia, e que foi publicada nos jornais do Rio do dia 27.07.1937. (O Globo e Diário da Noite. Foram relacionadas sob n° 4° até 23°, não sabendo o que teriam sido os ítens 1° até 3°):

4°) - 1809 - S - 3558; 5°) - 1809 SF -4299; 6°) - 1812 - V - 531; 7°) - 1812 - S - 2388; 8°) - 1812 - S - 317; 9°) - 1813 - SF - 656; 10°) - 1813 - 2 - 347; 11°) - 1814 - S = 174; 12°) - 1814 - S - 1177; 13°) - 1814 - S - 1953; 14°) - 1815 - M - 241; 15°) - 1816 - G - 799; 16°) - 1818 - R - 202; 17° - 1818 - SF - 359; 18°) - 1818 - M - 658; 19°) - 1821 - C - 167; 20°) - 1819 - M - 102; 21°) - 1821 - G - 281; 22°) 1822 - G - 41; e 23°) 1822 - G - 229.

Nota: As barras das referências n° 11 e 21 possuiam GUIA, sendo provável que a Guia da peça 11 1814 - S - 174 ainda esteja guardada em algum arquivo. Quanto a Guia da peça 21 veja mais adiante.

IMPORTANTE: - Verificou-se depois, QUE NÃO TINHAM SIDO ROUBADAS AS BARRAS DAS Referencias, n° 4° - 8° - e 21° (c/Guia), e tendo sido recuperada, em 1981, a barra ref. n° 18. Desapareceram efetivamente 16 (dezesseis) Barras do Patrimônio Nacional, provavelmente FUNDIDAS pelos ladrões, e perdidas para sempre. Digo isto, porque os larápios tinham escolhido a dedo as barras mais PESADAS, como as peças de ref. 14, 15, 18. 19 e 20, pesando: 1.387, 279, 225, 262 e 179 gramas, respectivamente.

Houve muitas inexatidões nos pesos, números, quilates, etc. constantes na relação fornecida pelo Museu à Polícia, o que felizmente eu pude emendar nas respectivas fichas, pois em meus velhos guardados eu encontrei uma lista detalhada - MANUSCRITA - do Dr. Alfredo Solano de Barros, feita posteriormente, quando já se tornara funcionário graduado do Museu, lista esta, em que, com sua habitual meticulosidade, consertou todos os erros, e ainda fazendo os seus habituais comentários pitorescos.

É interessante, porém, a observação que faz sobre as barras de 1822 - G - n°s 41 e 229 (ref, 22 e 23), das quais diz terem sido do TESOURO DE JUNDIAÍ (....que teria sido encontrado em 1916....) barras estas que teriam sido quase desconhecidas e raras ANTES do encontro deste tesouro. Só mais tarde é que se veio a descobrir, que o dito tesouro só “...teria....sido” encontrado em 16.7.1921. Ambas estas peças tinham sido doadas ao Museu pelo Dr. Guilherme Guinle.

Agora, cá entre nós, continuo acreditando que o tesouro tenha sido achado bam antes de 1921, e que o dono só resolveu “botar a bôca no trombone”mais tarde, quando já tinha conseguido vender uma grande parte, e principalmente as moedas, das quais nunca se falou, sem ter de entregar a parte devida ao govêrno de tudo que achara.

Merece mensão ainda a observação do Dr. Solano, quando cita - como TAMBÉM ROUBADA, uma BARRINHA DE OURO, fundida na Casa da Moeda do Rio de Janeiro, no tempo do Império.

n° 2409 de 8.4.1875 - Ouro - título: 965-1/2 milésimos - Pêso 87,70 gramas. Diz ele, “.....que na técnica é apenas uma curiosidade numismática, por não ser do tempo das Casas de Fundição....” Mas quer me parecer que esta peça NÃO foi roubada, pois encontrava-se numa outra vitrine, junto com duas barras do Império. E tendo encontrado em meu arquivo um “decalque” desta peça, também tirado pelo Guarda “BAIÃO”. Trata-se, neste caso, de uma das muitas barrinhas que a Casa da Moeda, do Rio, mediante o pagamento de uma taxa, fundia com o ouro em pó, ou ouro “quebrado” que lhe era entregue para “fundição”.

Mas lembra ainda, para finalizar, o mestre KURT PROBER: ....Mas a relação do Dr. Alfredo Solano de Barros é ainda mais interessante, pois nela achamos descritas também as outras barras do Museu, QUE NÃO FORAM ROUBADAS, e que são as seguintes:

1784 - M - 699; 1801 - S - 1752; 1804 - V - 1532; 1809 - S - 3558; 1814 - S - 174; 1818 - M - 658; 1821 - G - 281; 1828 - S - 130; 1831 - S - 105.

PORTANTO DEVE O MUSEU HISTÓRICO NACIONAL, POSSUIR HOJE 9 (NOVE) BARRAS DE OURO.

Mas a dúvida persiste, afinal, kurt Prober cita o mês

de julho e já no livro de Geraldo Mendes Barros, em seu Ensaio Biográfico, cita o mês de junho. Verificando ainda, a Revista Numismática de 1937, às folhas 244, editada pela Sociedade Brasileira de Numismática, com o título "Vultuoso roubo no Museu Histórico Nacional", me parece que está dúvida esta dissipada, pois cita o mês de JUNHO. Parece que o Kurt Prober, por engano, acabou citando o mês errôneamente. A data correta, parece ser a de 24 e 25 de junho de 1937.

Mas, por via das dúvidas, vou consultar os Jornais citados por Kurt Prober, para confirmar em definitivo qual mês realmente ocorreu este famoso roubo no Museu Histórico Nacional, no ano de 1937. Tão logo tenha o resultado, divulgo aqui nesta matéria.

Curiosidade das moedas do 1º Centenário da independência do Brasil

Bruno Diniz

Para o entendimento dos mais jovens!

A Independência do Brasil foi o processo que garantiu a emancipação política do território brasileiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1815-1822), no início do século XIX, e a instituição do Império do Brasil (1822-1889), no mesmo ano. Oficialmente, a data comemorada é a de 7 de setembro de 1822, em que ocorreu o chamado "Grito do Ipiranga". De acordo com a historiografia clássica do país, nesta data, às margens do riacho Ipiranga (atual cidade de São Paulo), o Príncipe Regente do Brasil, então D.Pedro de Alcântara de Bragança (futuro imperador Dom Pedro I do Brasil), teria bradado perante a sua comitiva: "Independência ou Morte!"e assim foi feito!

Os eventos

O breve relato histórico se faz necessário para que os colecionadores mais jovens entendam a importância destas moedas para a numismática, uma vez que são desprezadas e tratadas como lixo em muitas coleções. foi ai que me bateu uma vontade enorme de pesquisar e descobrir algumas curiosidades sobre essas moedinhas de 1922. Você sabia? Que o Decreto No. 4182 de 13 de novembro 1920 autorizou no artigo 2 a cunhagem de moedas de 500, 1000 e 2000 réis de prata. E que o Decreto No. 4555 de 10 de agosto 1922 no artigo 146 No.1 autorizou a cunhagem de moedas de 500 e 1000 réis para comemorar o centenário da independência do Brasil. Mas por causa de uma crise econômica da época não foi possível cunhar em prata as moedas de 500, 1000 e as de 2000 que na época não chegaram a ser fabricadas, então foi redigido um novo decreto No. 15.620 de 19 de agosto 1922 que indicou as características das moedas de 500 e 1000 réis que agora indicava a cunhagem das moedas em cobre-alumínio. Meses depois foi lançado o decreto No. 15.728 de 12 de outubro 1922 que autorizou a cunhagem de moedas de prata de 2000 réis com o título 900/1000.

A lei No. 4632 de 6 de janeiro 1923 modificou o título das moedas de prata para 500/1000, e o decreto No. 15.936 de 24 de janeiro 1923 reduzia o título das moedas de 2000 réis para 500/1000. Por isso existam moedas de 2000 réis com o título 900/1000 cunhadas até o final de 1922 e moedas de 2000 réis com o título 500/1000 cunhadas a partir de 6 de janeiro 1923. Mas é bom lembrar que a maior curiosidade de todas são os erros que existiam nas moedas de 500 e 1000 que traziam o nome do nosso pais com duas letras B e ignoraram a letra R deixando a moeda com a nomenclatura BBASIL, provavelmente exemplares do primeiro cunho. Sabe-se que na época

o gravador Augusto Giorgio Girardet trabalhou como professor de gravura na casa da moeda. Na grande agitação nas oficinas da casa da moeda a retificação do erro no gesso foi esquecido e o modelo de gesso com o erro foi para redução para fabricar os cunhos. O erro foi decisivo para o afastamento imediato de Girardet da casa da moeda. Pois posteriormente ao erro Girardet provocou dirigentes da casa da moeda com os seus reiterados pedidos de reforma da seção de gravura, cujos melhoramentos ele julgava indispensáveis para o melhor desenvolvimento do seu trabalho. E ao errar o cunho de uma moeda tão importante e histórica para o Brasil finalmente a casa da moeda encontrou um motivo para mandar Girardet embora.

Para entender!

Porque as moedas de 500, 1000 e 2000 inicialmente todas de prata foram deixadas de lado?

Por problemas econômicos que marcaram o Brasil na década de 1920, especialmente no ano de 1922, onde ocorreram graves crises econômicas caracterizadas pela desvalorização do preço do café, aumento da inflação e uma séria crise fiscal.

Quem era o Presidente do Brasil nessa epoca?

Epitácio Pessoa

Quem foi Augusto Giorgio Girardet?

Em 1891 chegava ao Brasil um gravador italiano, Augusto Giorgio Girardet (1855-1955), formado em Roma em 1882. Além de colaborar na Casa da Moeda do Brasil, Girardet foi contratado para lecionar na Escola Nacional de Belas Artes (a sucessora da Academia Imperial). Ele se naturalizou brasileiro e tornou-se o nosso maior medalhista no século XX, mas na sua longa carreira demonstrou um certo imobilismo no seu estilo, não sendo influenciado por novas tendências.

Leve um pedacinho da história do Brasil!

Conheça o blog que divulga notícias e curiosidades sobre o mundo da Numismática!

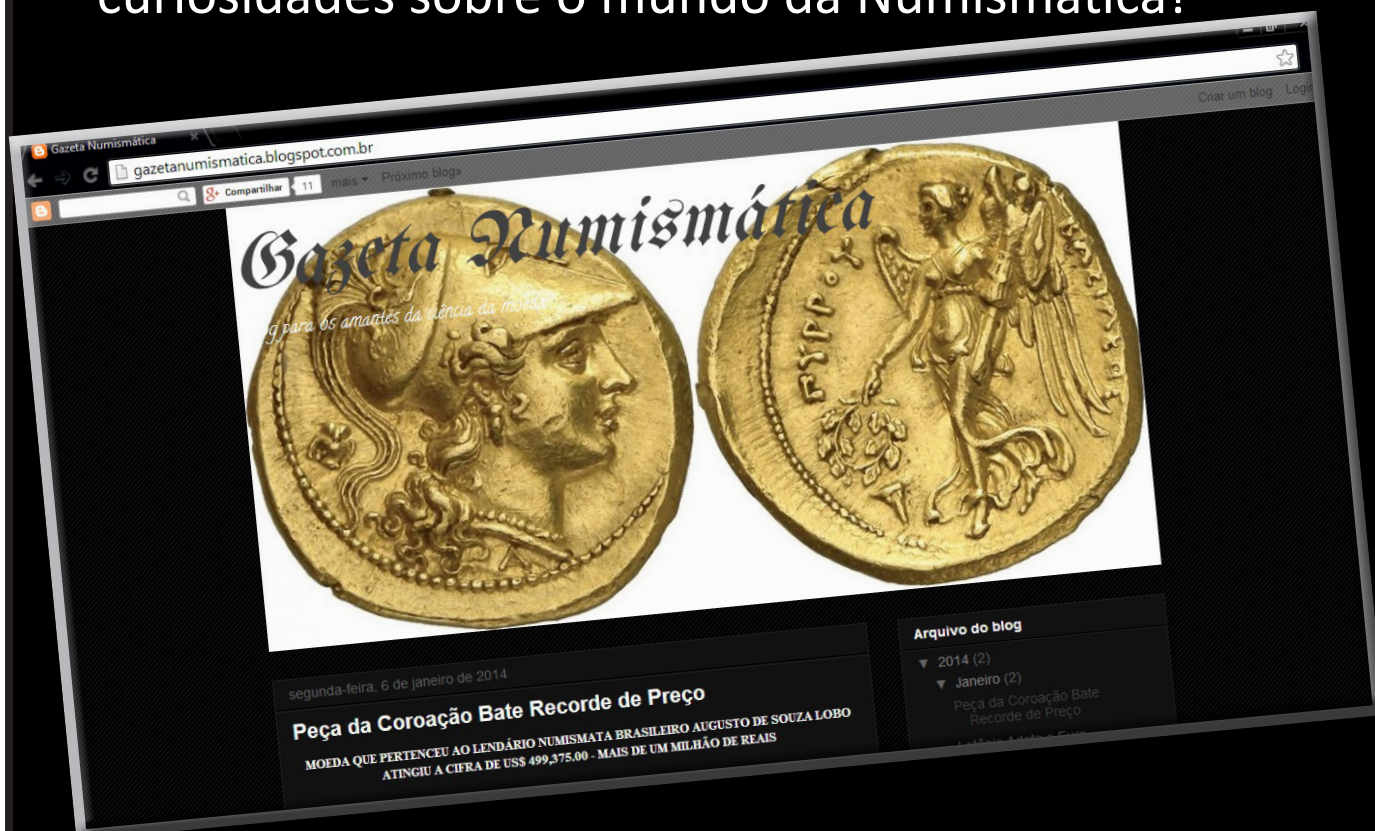
Gazeta Numismática

gazetanumismatica.blogspot.com.br

segunda-feira, 6 de janeiro de 2014

Peça da Coroação Bate Recorde de Preço

MOEDA QUE PERTENCEU AO LENDÁRIO NUMISMATA BRASILEIRO AUGUSTO DE SOUZA LOBO ATINGIU A CIFRA DE US$ 499,375.00 - MAIS DE UM MILHÃO DE REAIS

Arquivo do blog

gazetanumismatica.blogspot.com.br

A AVBN abre a pré venda da monografia

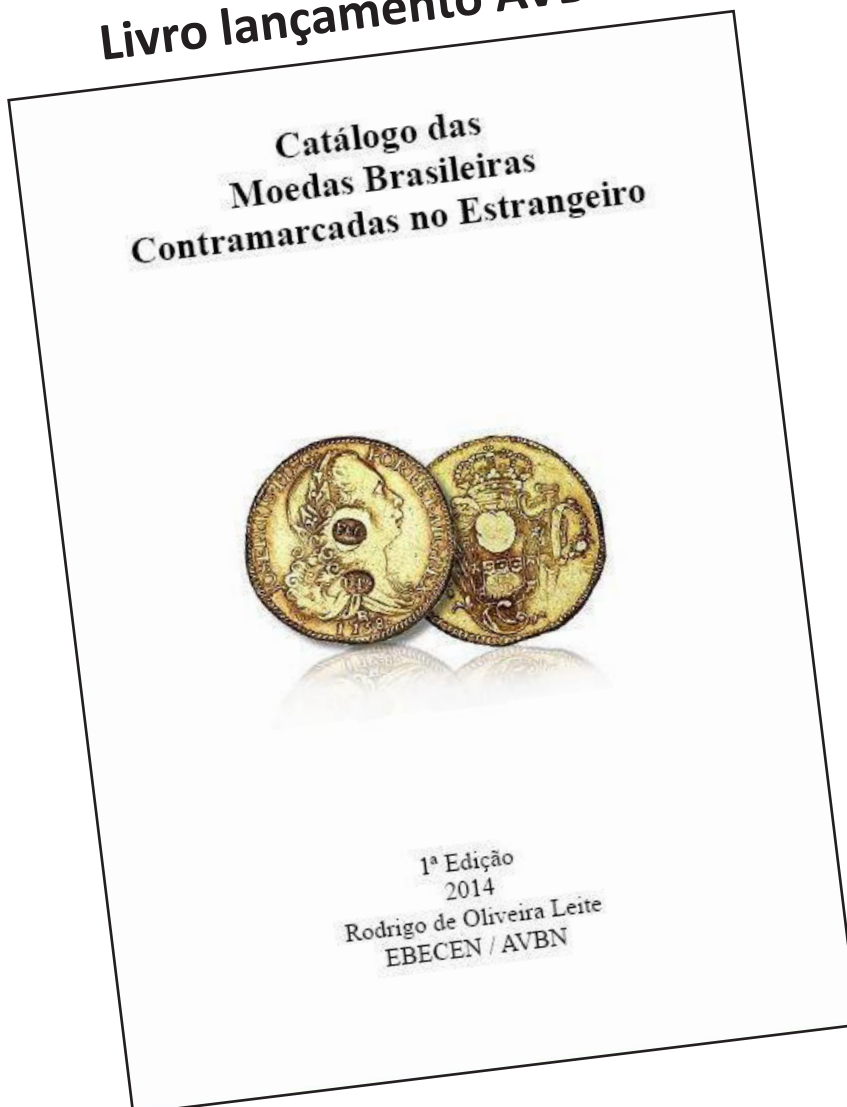
“Catálogo das Moedas Brasileiras Contramarcadas no Estrangeiro”

São 32 páginas, contando com mais de 50 referências a moedas cunhadas no Brasil e contramarcadas em outros países além de dezenas de imagens de peças nunca antes catalogadas em nenhuma obra brasileira.

Além disso há um apêndice com uma lista de moedas das coleções do Museu Histórico Nacional, American Numismatic Society e Coleção Banco Espírito Santo, e um apêndice com as referências às peças catalogadas no artigo de Julius Meili de 1902 em “O Archeólogo Português”.

Essa obra é um lançamento conjunto da EBECEN com a Associação Virtual Brasileira de Numismática, com toda a receita sendo transferida integralmente à AVBN.

Para os que comprarem o livro, receberão DE BRINDE a nossa série de 4 postais belíssimos, com tema Numismático. Aproveitem!

Preço para associados AVBN: R$20,00 + frete
Preço para não associados AVBN: R$25,00 + frete

Faça sua reserva pelo e-mail: avbn.net@gmail.com

REGRAS PARA PUBLICAÇÃO DE ARTIGOS NO BOLETIM "O NVMISMATA", PERIÓDICO TRIMESTRAL DA ASSOCIAÇÃO VIRTUAL BRASILEIRA DE NUMISMÁTICA

DA ESTRUTURA DO ARTIGO

Artigo 1- Deverá constar de três componentes obrigatórios: 1) título, com ou sem subtítulo 3) corpo do texto 3) referências sempre que uma fonte for usada como consulta.

Artigo 2- Poderá constar de componentes facultativos conforme o autor: imagens, tabelas, gráficos, esquemas ou fluxogramas, métodos e técnicas. Todos deverão ser referenciados.

Artigo 3- Deverá o artigo constar do nome completo do autor e coautores, quando houver.

DA SUBMISSÃO À PUBLICAÇÃO

Artigo 4 - A submissão de qualquer artigo para publicação pela AVBN exige apreciação do mesmo pelo Editor-chefe ou, na impossibilidade deste, por membro componente do editorial que o substitua no exercício de suas funções.

- A submissão de qualquer artigo para publicação pela AVBN implica tácitos conhecimento e aceitação das regras de publicação da AVBN.

- Não serão aceitas alegações fundamentadas no desconhecimento deste regulamento de publicação, na sua contestação ou na alegação de sua invalidade.

Artigo 5 – Os artigos deverão ser remetidos a e-mail do Conselho Editorial a ser anunciado no site da AVBN e nos grupos da Associação nas mídias sociais (Facebook, etc.)

Artigo 6 – O autor que enviou o(s) artigo(s) receberá uma notificação de recebimento pelo Conselho Editorial pelo mesmo e-mail pelo qual enviou o arquivo em até 48 horas. Findo este prazo, o autor que não tenha recebido o dito aviso de recebimento deverá postá-lo novamente para o e-mail do Conselho Editorial ou do Editor-chefe e notificar o Conselho Editorial do ocorrido por e-mail diferente do primeiro.

Artigo 7 – Em situações especiais o Conselho Editorial da AVBN, desejando publicar coletânea de artigos em meio digital ou impresso, pode solicitar aos autores dos respectivos artigos um termo de cessão de direitos autorais à AVBN o qual deverá ser impresso, assinado e enviado à AVBN em endereço a ser oportunamente anunciado e enviado a e-mail do Conselho Editorial na forma digitalizada (por scanner ou fotografia de boa resolução).

Artigo 8 – **Do aviso de deferimento da publicação:** O deferimento, ou o deferimento com ressalva ou o indeferimento da publicação serão comunicados **em caráter sigiloso** ao autor.

Artigo 9 – **Do parecer do editorial sobre os artigos**: O artigo submetido à apreciação do editor será enquadrado numa das três categorias possíveis:

- Aprovado
- Aprovado com ressalvas
- Reprovado

Artigo 10 - **Das condições de reprovação**:

- O autor que a qualquer momento desacatar, referir-se de modo desrespeitoso ou em tom pessoal em relação a qualquer componente do editorial AVBN em resposta a parecer de reprovação ou aprovação com ressalva emitido pelo referido editorial terá o artigo em questão sumariamente reprovado sem direito a retratação.

- Plágio: Uma vez comprovado o plágio, o artigo será sumariamente reprovado, sem direito a nova redação, caso já tenha sido publicado, receberá uma notificação no próximo boletim relatando o ocorrido.

- Artigos cujo conteúdo não mantenha relação com a numismática serão reprovados.

- Artigos que façam afirmações baseadas em suposições, sem explicitar devidamente que se trata

de suposição ou hipótese sem confirmação.

- Artigos que afirmem verdadeiros objetos ou coisas fantasiosas, falsas, falsificadas, viciadas, contrafeitas ou adulteradas, sem prestar o devido esclarecimento sobre o aleive (se se trata de falsificação de época ou moderna, se é adulterada etc).

- Artigo a que falte um ou mais dos componentes obrigatórios, a saber : 1) título, com ou sem subtítulo 2) corpo do texto 3) referências 4) nome completo do autor e coautores, quando houver.

Mesmo tendo sido publicado e posteriormente apresentar discordância, no próximo boletim, receberá devidas alterações, bastando para tal que qualquer associado entre em contato apresentando contra razões.

Artigo 11 - **Da nova redação de artigos reprovados:**

Na modalidade "reprovado", fica implícita a recomendação de que o artigo seja redigido novamente na íntegra, podendo ser submetido para publicação a qualquer tempo.

Artigo 12 - **Da reavaliação de artigo reprovado**:

Os artigos inicialmente reprovados, após redação inteiramente nova e submetidos a qualquer tempo à apreciação para publicação deverão ser classificados pelo menos como "Aprovado com ressalva" para que haja publicação posterior, sendo então regidos por esta modalidade (*vide* a seguir). Caso receba parecer "Aprovado", segue o artigo para publicação. Caso novamente reprovado, esta classificação será mantida e o caso será dado por encerrado.

Artigo 13 - **Do recurso à reprovação artigo:**

- O autor que ainda litigue sobre do parecer de reprovação de seu artigo poderá recorrer solicitando novo parecer ao Conselho Editorial composto de pelo menos 3 (três) integrantes, inclusive o Editor-chefe. O resultado final será considerado o da votação por maioria simples.

- Caso o autor ainda discorde do parecer votado pelo conselho editorial, pode solicitar a este a consultoria *ad hoc* de numismata especialista no assunto nomeado pelo Conselho.

- Ao parecer do consultor numismático *ad hoc* nomeado pelo Conselho Editorial caberá somente duas modalidades: "Aprovado" ou "Reprovado", será considerado definitivo e o caso encerrado.

Artigo 14 - **Da Nomeação de consultor numismático *ad hoc* pelo conselho editorial**:

- Somente podem ser nomeados consultores que se comprometam a se identificarem ao emitir seu parecer. Não serão aceitos consultores impossibilitados de assumir sua identidade ao redigirem o parecer.

- Somente será aceito parecer de especialistas consultores que tenham sido nomeados para tal pelo Conselho Editorial AVBN ou, na impossibilidade dos três membros do Conselho Editorial, pelo Presidente da AVBN ou por quem o substitua no exercício da sua função.

Artigo 15 – **Da modalidade "aprovado com ressalvas":**

Na modalidade "Aprovado com ressalvas", o editor explicitará quais são estas, podendo sugerir nova redação de alguns trechos, solicitar correção de erros na bibliografia, nas fontes de citação, de elementos gráficos, créditos de imagens etc.

Artigo 16 - **Da reavaliação de artigo "aprovado com ressalvas": -** O artigo que obteve, em primeira apreciação, o parecer "Aprovado com ressalvas", deverá ter corrigidos os erros apontados pelo editor, após o que poderá ser submetido a reavaliação a qualquer tempo.

- O artigo reavaliado que obtenha o parecer "Aprovado", segue para publicação. Isto implica que o artigo em questão poderá ser publicado em edição d'O NVMISMATA posterior àquela para qual o autor a apresentou, sem quaisquer consequências para a AVBN ou seu Conselho Editorial.

- O artigo reavaliado que permaneça com parecer inalterado (Aprovado com ressalvas), pode ser recorrigido pelo autor e submetido a segunda reavaliação.

- Na segunda reavaliação do artigo, somente cabem duas classificações: "Aprovado" ou "Reprovado", sendo este parecer o definitivo e sendo dado o caso por encerrado.

Artigo 17 - **Da constatação de irregularidade do artigo após publicação**

Se, mesmo após publicação do artigo, for constatada alguma irregularidade, pode o Editor-chefe, ou o componente do Conselho Editorial que o substitua no exercício de suas funções, publicar nota a título de esclarecimento e retratação em qualquer das edições seguintes, mesmo que o Editor-chefe ou membro do Conselho não estejam mais em exercício do cargo, podendo o autor fazer o mesmo, caso solicite.

Artigo 18 – Deve ser publicada errata de cada edição d'O NVMISMATA na edição imediatamente posterior, podendo para isto o Conselho Editorial apreciar o feedback dos leitores por e-mail ou correspondência pelas mídias sociais.

DA PREMIAÇÃO DOS ARTIGOS

Artigo 19 – O Conselho Editorial promoverá um concurso periódico para premiação de artigos publicados n'O NVMISMATA. Tal concurso terá preferencialmente periodicidade anual, será levado a efeito em condições a serem oportunamente definidas e será regido por **norma complementar** a ser promulgada e publicada posteriormente.

DAS REFERÊNCIAS

DAS REFERÊNCIAS DE IMAGENS:

Artigo 20 - A fonte das imagens deve ser referida abaixo das mesmas, precedida da palavra *"FONTE:"*

Artigo 21 - O crédito das imagens, quando houver, poderá vir anexo à imagem em diagramação a ser definida pelo editor ou em adendo ao fim da publicação.

Artigo 22 - Caso a imagem tenha sido capturada pelo autor do artigo, tal deve ser explicitado: *"Foto do autor"*.

DAS REFERÊNCIAS DOS DEMAIS COMPONENTES GRÁFICOS: TABELAS, GRÁFICOS, ESQUEMAS OU FLUXOGRAMAS.

Artigo 23 - Como nas imagens, a origem dos demais elementos gráficos deve ser explicitada no rodapé dos mesmos, precedido da palavra *"FONTE:"*.

Artigo 24 - Caso haja sido modificado pelo autor ou por terceiro, tal deve ser especificado: Ex: "*FONTE: Nogueira da Gama, 1964, modificado por Fulano de Tal, 2012*."

Artigo 25 - Caso seja de composição do próprio autor do artigo, isto deverá ser especificado na legenda.

DA REFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO TEXTUAL, DE MÉTODO/ TÉCNICA (DE LIMPEZA, DE CAPTURA DE IMAGEM, DE ACONDICIONAMENTO ETC).

Artigo 26 - Os métodos e técnicas descritos devem ter o autor ou obra que o propõe especificado no corpo do texto:

1) transcrito *ipsis litteris*, referência entre parênteses (ABNT) Ex: *Moedas de prata podem ser limpas com uma colher de amônia em um copo d´água (Amato 2012).*

2) ou na forma de citação: Ex.: *Segundo Amato, 2012, moedas de prata podem ser limpas com uma colher de amônia em um copo d´água.*

3) ou ter o número correspondente ao autor na bibliografia em sobrescrito no texto Ex: *Moedas de prata podem ser limpas com uma colher de amônia em um copo d´água*[3]*"*

¶ - Parágrafo único : quando o artigo inteiro tiver origem de fonte única, pode-se omitir a autoria do método/técnica descrito.

Artigo 27 - Quando a fonte não tiver especificado o autor, ou se tratar de fonte oficial, usar como a seguir: *"- O* ***envelopamento*** *das peças tem sido feito em envelopes comuns para moedas, mas podem ser usados o papel cristal, mais transparente, ou, preferencialmente, papéis de Ph neutro (6-6 ½), desacidificados (como o papel* ***Salto****, fabricado pela* ***Arjomari do Brasil****, ou papéis semelhantes produzidos pela Piray). (FONTE: site do Banco Central do Brasil, Conservação de Moedas: http://www.bcb.gov.br/?MOEDACONS).*

Artigo 28 - Caso se trate de método/técnica desenvolvido pelo escritor do artigo, deve isto ser **explicitado como sugestão do autor, na terceira pessoa:** "*Sugere-se... observou-se... tem-se usado*

com sucesso... o autor usa... uma colher de chá de bicarbonato de sódio em água aquecida, depositada em recipiente não-metálico, para remover verdete de moedas de bronze."

Artigo 29 - Caso se trate de método/técnica de uso empírico no senso comum, de domínio público ou tomado conhecimento por relato verbal ou comunicação pessoal **especifica-se introduzindo com expressões**: *Muitos têm usado... é costume utilizar... tem sido sugerido... usa-se com bons resultados... imersão das moedas de cobre em óleo Diesel por pelo menos uma semana para remover verdetes.*

Artigo 30 – As referências devem vir ao fim do artigo com o nome do(s) autor(es) em ordem alfabética, devendo constar edição, editora, local e ano da obra. Ex:

AMATO, C.; NEVES, I. S.; RUSSO, A.: Livro das moedas do Brasil. 13ª Ed. Artgraph. São Paulo, 2012.

MALDONADO, R.: Catálogo Bentes de Moedas Brasileiras. 2ª Ed. MBA Editores Associados. Itália. 2013.

Artigo 31 – Constando erros simples como os de ordem alfabética ou data na bibliografia ou nas citações, pode o Editor encarregado da revisão fazer as devidas correções por conta própria, notificando-as devidamente destacadas ao autor, devendo obter deste o consentimento antes da publicação.